

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA**  
**Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT**

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS  
CONSELHOS CEMACT, CDRFS, CF E CEZEE REALIZADA  
PARA APRESENTAÇÃO DO PRODUTO FINAL DO  
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – ZEE – FASE II  
E MAPA DE GESTÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO ACRE  
NA ESCALA DE 1:250.000.**

Aos doze dias do mês dezembro de dois mil e seis, às oito horas, no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento das Cidades e Habitação, sito a Rua Ceará nº 1624 - Centro, nesta cidade de Rio Branco, às 8h. Reuniram-se os membros da Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico - CEZEE: Gilberto Siqueira – representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, Carlos Edegard de Deus – representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Denise Regina Garrafiel – representante da Secretaria de Estado de Extrativismo e Produção Familiar, Irailton Lima de Souza – Representante da Secretaria de Estado de Educação, Elissandro A. de Freitas - Representante da Secretaria de Estado de Cidadania e Assistência Social, Manoel Lima – Representante da Central Única dos Trabalhadores, Maria Sebastiana de Miranda – representante da Federação dos Trabalhadores do Acre, Adelaide Fátima Gonçalves de Oliveira – Federação das Indústrias do Estado do Acre; Luiz Augusto Ribeiro do Valle – representante da Federação da Agricultura do Estado do Acre, Gregório Komatsu Lima - Representante do Instituto Brasileiro e Geografia Estatística; Solange Maria Chalub B. Teixeira - Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Idalci Dllamaria – representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; Mauro Heleodoro dos Santos – representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Manoel Gomes da Silva – Representante da Organização Povos Indígenas; Miguel Scarcello – Sos Amazônia, Judson F. Valentim - Representante da EMBRAPA; Moises Barbosa de Souza – Representante da UFAC; Ronei Sant'ana - Representante do Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais, Antonio Pacifico – representante da regional de Brasília e Magna Cunha – representante do Centro de Trabalhadores da Amazônia. Os membros do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - CEMACT: Sr. Gilberto do Carmo Lopes Siqueira – Representante da SEPLANDS; Sr. Sebastião Fernando Ferreira Lima – Representante do IMAC; Sr. João César Dotto – Representante da FUNTAC; Francisco Ari da Silveira Júnior – Representante da SETUR; Glicia Maria Correia Conde – Representante da SEE; Denise Regina Garrafiel - Representante da SEPROF; Meri Cristina Amaral Gonçalves - Representante do MPE; Luis Cláudio de Oliveira – Representante da EMBRAPA; Adelaide Fátima Gonçalves de Oliveira – FIEAC; Assuero Doca Veronez - Representante da FAEAC; Ronei Sant'ana - Representante do PESACRE; Maria Jocicleide Lima de Aguiar - Representante da RAMH; Raimundo Mendes de Barros - Representante da FETACRE; Miguel Scarcello - Representante da Fundação SOS Amazônia; Joana D'arc do Nascimento – CPT, Maria Evanizia – representante da SEPI, Carlos Edegard de Deus - Representante da SEMA e Raimunda Rufino Lima, Secretária Administrativa do CEMACT. Os membros do Conselho Florestal - CF: Gilberto Siqueira – Presidente do Conselho e Representante da SEPLANDS, Márcia Regina Pereira - Representante da Procuradoria Geral do Estado; Marcus Oliveira – representante da Embrapa, Mario Kaxinawa – representante da FEPHAC, James Jerônimo da Costa – representante do Banco da Amazônia, Ronei Sant'ana – representante do PESACRE, Carlos Edegard de Deus – representante da SEMA/IMAC, Carlos Ovídio – representante da SEF. Os membros do CDRFS: Carlos Ovídio - representante da SEF, Mauro Heliodoro – representante do INCRA, Jorge Luiz – representante da MAPA, Fátima Rodrigues – representante da DFDA/MDA, Denise Garrafiel – representante da SEPROF, Maria Sebastiana de Miranda – representante da FETACRE, Antonio Brana – INCRA, Jose Henrique Moura – ITERACRE, Paulo Roberto de Araújo – IDAF, Ronei Santana – PESACRE, Nei S. Braga Gomes -

Rua Rui Barbosa nº 135 - Centro - CEP: 69.900-120 - Rio Branco-AC  
PABX: (068) 3224-5497 - Ramal 247 - Presidência/Fone Fax : (068) 3224-5694  
E-mail: cemact.sema@ac.gov.br





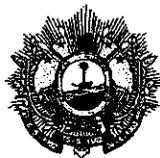
GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA**  
Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT

Representante do CREA/AC; Adelaide Fátima Gonçalves de Oliveira – FIEAC; Marcus Alexandre Médico Aguiar – SEPLANDS, Carlos Edegard de Deus – SEMA/IMAC. A Reunião Conjunta dos Conselhos CEMACT, CDRFS, CF E CEZEE foi presidida pelo Sr. Gilberto Siqueira – Coordenador Geral do Programa Estadual do ZEE e Presidente da Comissão Estadual do ZEE-Acre (CEZEE), Presidente do Conselho Florestal Estadual (CF) e do Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável (CDRFS), que deu início à reunião saudando a todos os presentes e solicitando uma rodada de apresentação antes de entrar na pauta do dia. O Secretário Gilberto Siqueira falou da importância do ZEE para o processo de desenvolvimento do Estado, como ferramenta de planejamento e gestão das políticas que estão sendo implementadas e de que o ZEE permitirá, com relação ao planejamento e execução de ações relacionadas às Políticas Públicas maior eficácia das ações, uma vez que define as áreas prioritárias para o ordenamento territorial e quais os conflitos existentes; a aplicação correta dos recursos públicos e investimentos privados; a inclusão da diversidade cultural e tendências vocacionais dos grupos relacionados com o uso de recursos naturais, além dos aspectos sócio-econômicos. Enfatizou a participação dos setores produtivos nas reuniões setoriais realizadas, destacando a FAEAC, Associação Comercial e FEDERACRE, FECOMERCIO, FIEAC e FETACRE, e da contribuição de todos no processo de construção do Mapa de Gestão 1:250.000. Enfatizou que esta fase do zoneamento mostra com clareza, por meio dos estudos realizados e prontos, a realidade do estado, assim como os problemas, as potencialidades e aproveitamentos dos recursos naturais, onde pode ser explorada a agricultura, a pecuária e o manejo da floresta. Posteriormente, passou a palavra ao Sr. Carlos Edegard de Deus, Secretário Executivo do ZEE-Acre e Presidente do Conselho Estadual de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente (CEMACT) que explicou sobre o processo de construção da segunda fase do ZEE no Estado do Acre. Segundo o Secretário o zoneamento pode ser definido como um instrumento de planejamento regional e gestão territorial, cujo objetivo principal é contribuir para a implementação prática do desenvolvimento sustentável, tendo como metas o combate à pobreza e outras formas de marginalização social, o respeito à diversidade cultural. Acrescentou ainda que, além do caráter de atualização e detalhamento das informações do ZEE Fase II escala 1:250.000, teve toda uma série de reuniões técnicas institucionais para definição da metodologia e planejamento desta fase e que nesta segunda fase teve algumas inovações destacando as mudanças dos limites do território acreano com a incorporação da Nova Linha Cunha Gomes, ganhando aproximadamente 1.200.000 ha e a revisão dos limites intermunicipais através da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pela Assembleia Legislativa. Ressaltou para a importância da incorporação de um terceiro eixo temático o Cultural-Político, que definiu as estratégias participativas com discussão em todos os 22 municípios com os grupos sociais e diferentes setores de forma a captar os interesses e aspirações da sociedade, fruto do conhecimento acumulado desde o ano de 2000, quando o Governo do Estado do Acre elaborou o ZEE Fase I. Lembrou, ainda, que este trabalho somente foi possível através dos parceiros como IBGE, UFV, UFAC, EMBRAPA, INCRA, Secretarias de Estado, Prefeituras, ONGs, entre outros, além do Governo Federal, através da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Subprograma de Políticas de Recursos Naturais do Ministério do Meio Ambiente, Cooperação Técnica Alemã e Banco Alemão e, Banco Interamericano que viabilizaram este trabalho. Então, foi dada a palavra para o pesquisador Eufran Amaral, técnico da EMBRAPA que fez uma apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico explicando a metodologia adotada para a construção do Mapa de Gestão escala 1:250.000, que teve a integração dos eixos temáticos de Recursos Naturais, Sócio-Economia e Cultural-Político, que teve como base topográfica na escala 1:100.000. No eixo temático de recursos naturais teve seis grandes temas: geologia, geomorfologia, pedologia, recursos hídricos, vegetação e biodiversidade. Ressaltou que o tema biodiversidade foi inserido desde a primeira fase e que o Acre foi o primeiro estado da Amazônia a contemplar este tema pela sua importância. Com relação à bacia hidrográfica, a base de topográfica na escala 1:100.000, permitiu avaliar cada bacia individualmente. Em termos de geologia e geomorfologia, foi ressaltada a região do Juruá, citou o gradiente de vulnerabilidade, por



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA**  
Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT

exemplo, aquelas áreas que estão situadas à margem dos rios, que são mais vulneráveis, em termos de biodiversidade citou que foi acrescentado pontos de coleta e que, hoje, temos 17.718 pontos de coleta de flora e 8.817 pontos de coleta de fauna, principalmente, no Vale do Juruá, maior concentração de biodiversidade, principalmente nas áreas indígenas e áreas de unidades de conservação e, finalmente que foi feito o Mapa das Unidades de Paisagens Biofísicas. Quanto aos estudos temáticos do Eixo da sócio-economia foram trabalhados os temas de estrutura fundiária, economia, infraestrutura pública produtiva, produção florestal, produção agropecuária, população, condições de vida, cidades do Acre finalizando, também, em Unidades de Paisagem da Sócio-Economia, destacando que com o detalhamento em 1:250.000 aumentou em 16 vezes a possibilidade de enxergar os núcleos populacionais e ainda, enfatizou a acrianidade da população em um mapa que mostra a origem das pessoas residentes. Com relação ao Eixo temático Cultural-Político, ressaltou que foi trabalhado 03 grandes temas: cultura, gestão e percepção social com avaliação e recomendações acerca da diversidade cultural, dos níveis de gestão e das demandas sociais. Que a partir do cruzamento das informações espacializadas dos 03 eixos temáticos foi possível a construção do Mapa de Gestão Territorial que tem como principal finalidade explicitar diretrizes de gestão de áreas já destinadas com suas características específicas para os Assentamentos Rurais, as propriedades rurais, as unidades de conservação, as terras indígenas e as áreas urbanas e, ainda, fornecer subsídios para a tomada de decisões sobre espaços territoriais ainda sem destinação específica. Para tanto, foram definidas 04 zonas de gestão a zona 1 de Consolidação de Sistemas de Produção Sustentáveis, ocupando 24,4% do território, a zona 2 de Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental com 49,5%, a zona 3 de Áreas Prioritárias para Ordenamento Territorial com 25,9% e a Zona 4, Cidades do Acre ocupando apenas 0,2% do território. Acrescentou, ainda que, para cada zona, têm as sub-zonas sendo a zona 1, dividida em três sub-zonas, a subzona 1.1. de produção familiar em Projetos de Assentamento, contemplando, ainda, as Unidades de Manejo 1.1.1 - Áreas com alto potencial para uso agrícola e pecuário intensivo, 1.1.2 - Áreas com alto potencial para a produção de culturas perenes, 1.1.3 - Áreas com alto potencial para a produção em sistemas agroflorestais, 1.1.4 - Áreas com alto potencial para a produção em sistemas silvipastoris, 1.1.5 - Áreas indicadas para a produção de culturas anuais em sistemas de rotação e silvicultura, 1.1.6 - Áreas indicadas para recuperação ambiental ou silvicultura, 1.1.7 - Manejo florestal de baixo impacto; a Subzona 1.2 - Produção Agropecuária, contemplando as Unidade de Manejo 1.2.1 - Áreas para consolidação e intensificação do uso da terra em sistemas agrícolas e pecuários e 1.2.2 - Áreas para consolidação do uso da terra e inserção de práticas de manejo mais sustentáveis e a Subzona 1.3 - Produção Florestal. A zona 2 é dividida nas Subzona 2.1 - Proteção Integral, Subzona 2.2 - Florestas Nacionais e Florestas Estaduais, a Subzona 2.3 - Reservas Extrativistas, a Subzona 2.4 - Projetos de Assentamentos Diferenciados, a Subzona 2.5 - Terras Indígenas, a Subzona 2.6 - Áreas de Relevância para Proteção Ambiental. A zona 3 foi dividida na Subzona 3.1 - Áreas com Situação Fundiária Indefinida e Subzona 3.2 - Áreas Ribeirinhas e, enfim a zona 4 dividida na Subzona 4.1 - Cidades dos Altos Rios, Subzona 4.2 - Cidades do Médio Juruá, Subzona 4.3 - Cidades dos Médios Rios, Subzona 4.4 - Cidades do Alto Acre e de Integração Fronteiriça, Subzona 4.5 - Cidades do Baixo Acre e Abunã, Subzona 4.6 - Capital do Acre. Finalizando, declarou que as zonas e subzonas estão representadas nas dezesseis cartas geográficas que compõem o Mapa de Gestão Territorial do Estado do Acre na escala 1:250.000, além de mapas temáticos na escala 1:250.000, apresentando as cartas e o mapa de gestão. O Sr. Gilberto Siqueira retomou a palavra e apresentou os Indicadores de Sustentabilidade dos Municípios do Acre, o ISMAC, como a ferramenta de Monitoramento e Controle do ZEE, divididos em seis grandes grupos de variáveis, sendo elas infraestrutura, demografia, intensidade de uso, social, economia e ocupação, posse e uso da terra, em que os valores de cada município serão balizadores das políticas públicas, melhorando, assim, os instrumentos de planejamento e acompanhamento das ações do governo. Passou a palavra para a Dra. Márcia Regina para apresentar o Projeto de Lei do ZEE. Após os cumprimentos, a Dra. Márcia explanou sobre as disposições



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA**  
Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT

Preliminares que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, enfatizou que o ZEE como instrumento estratégico de planejamento e gestão territorial passa a nortear as políticas públicas estaduais voltadas ao desenvolvimento sócio-econômico-sustentável e a promoção do bem-estar da população e suas indicações e recomendações vinculam todas as políticas, programas, projetos e investimentos, públicos ou privados, a serem realizados no Estado do Acre. Destacou, ainda que, a Lei ainda institui o ISMAC, cria o Programa Estadual de Fomento Florestal e Recuperação de Áreas Alteradas e Degradadas e o Programa Estadual de Licenciamento e a Regularização do Passivo Ambiental. O secretário de Floresta Sr. Carlos Ovídio apresentou o Programa Estadual de Fomento Florestal e Recuperação de Áreas Alteradas ou Degradadas destacando que a partir do mapeamento das áreas a serem priorizadas, permitirá o fomento ao reflorestamento com fins econômicos, energéticos, sociais e ambientais; à inclusão de áreas alteradas/degradadas ao processo produtivo e, que o governo apoiará o acesso a insumos, equipamentos agrícolas, tecnologias apropriadas, transporte, energia e linhas de crédito; assistência técnica e extensão agroflorestal adequada às especificidades do Programa. O secretário de Agricultura e Pecuária, Sr. Mauro Ribeiro apresentou o Programa Estadual de Licenciamento e Regularização do Passivo Ambiental enfatizando que a partir do cadastro georreferenciado das áreas propriedades e assentamentos, o licenciamento das propriedades ocorrerá no Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais – SLAPR; com vistas a regularização do passivo ambiental e redução do percentual da reserva legal para 50% na Zona I, para fins de recomposição; que as alternativas de regularização do passivo ambiental serão detalhadas na regulamentação da Lei, em consonância com a legislação vigente e, que o governo Implementará políticas de incentivos fiscais, econômicos e financeiros ao manejo florestal, recuperação de Área de Preservação Permanente e manutenção dos recursos florestais remanescentes. O Sr. Gilberto Siqueira, então, deu a palavra à plenária para comentários e debate inscrevendo-se o representante da FAEAC, Sr. Luiz Augusto colocando que sentiu-se contemplado com os resultados do ZEE e que a lei do ZEE era uma demanda antiga do setor produtivo. O Sr. Miguel Scarcello, da SOS Amazônia pediu a palavra e enfatizou sobre a importância do ZEE como instrumento de gestão, que a sociedade civil organizada encaminhou um documento solicitando sugestões ao Mapa de Gestão, após a primeira versão em plenária ocorrida em março de 2006 e, que as mesmas foram incorporadas, estando de acordo com o que foi apresentado. O representante da UFAC, Sr. Móises Barbosa de Souza se pronunciou, ressaltando que a questão da biodiversidade precisa ser priorizada nas ações de políticas públicas que, apesar dos avanços apresentados, várias indicações e recomendações contidas ainda na primeira fase não foram realizadas. Não havendo mais nenhum comentário Sr. Gilberto Siqueira solicitou que todos os presentes votassem. A representante do Ministério Público Estadual, Dra. Meri Christina, pediu a palavra e ressaltou que iria se abster da votação, pois precisava de tempo para analisar o documento, sendo acatado pelo presidente Sr. Gilberto Siqueira, que pediu para registrar a posição do Ministério Público e, não havendo nenhum posicionamento contrário à matéria votada e não havendo mais nada tratar, o Presidente encerrou a reunião, às 12 horas, e Eu, Raimunda Rufino Lima elaborei e lavrei a presente Ata.

Gilberto do Carmo Siqueira  
Presidente da CEZEE/CF/CDRFS  
Secretário Geral do PZEE

Carlos Edegard de Deus  
Presidente do CEMACT  
Secretário Executivo do PZEE

